

UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA DO PASSADO ATÉ OS DIAS ATUAIS: UM OLHAR A PARTIR DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

Tamires Paulino dos Santos¹
Emanuela da Silva Soares²

RESUMO

O presente artigo apresenta um estudo sobre a análise das primeiras concepções de infância e como essa terminologia é compreendida até os dias atuais, ou seja, mostrar como suscitaram tais questionamentos sobre o termo infante e suas modificações de acordo com as mudanças históricas. O objetivo desse estudo consiste em compreender as mudanças e os conceitos históricos que se sucederam com o tempo sobre as concepções de infância. Especificamente, visa discutir o conceito de infância; identificar a dimensão que o conceito de infância ocupa no meio social; e, entender as principais contribuições do programa Criança Feliz para a primeira infância. Na busca por compreendermos a atual concepção de infância, foi desenvolvida uma pesquisa de campo com três colaboradoras do Programa Federal Criança Feliz, na cidade de Cajazeiras – PB. Este estudo inicia-se com o marco da primeira infância e as suas características como políticas públicas, que impulsionaram as concepções de infância. As informações obtidas foram analisadas e refletidas, compreendendo que o Programa Criança Feliz é uma das políticas públicas que mais influência na primeira infância, de modo a fortalecer os laços afetivos, o desenvolvimento cognitivo e a valorização da família como base primordial para o alcance do desenvolvimento pleno dessas crianças.

Palavras-chave: Criança. Família. Infância.

INTRODUÇÃO

Diversos aspectos permeiam os estudos e pesquisas na busca de compreender o desenvolvimento do conceito de infância. A maneira como a infância é tratada atualmente, diverge completamente de como ela era vista nos séculos anteriores. Para Heywood (2004), nos tempos passados a criança era considerada um adulto em miniatura e totalmente imperfeito. Vivendo no mesmo espaço dos adultos, elas não dispunham de um ambiente apropriado para aquela fase, e não recebia nenhuma valorização ou afeto, sendo vista como um ser adulto. Porém, com o surgimento do termo infante, ocorreu gradativamente a diminuição da mortalidade

¹ Graduada do Curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação de Cajazeiras – ISEC, thamyres96paulino@outlook.com

² Pós-Graduada em Educação pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE e pela Fundação Joaquim Nabuco – FJN, emanuela.soares@outlook.com

infantil, dando início aos atendimentos por especialistas, médicos, psicólogos, entre outros profissionais, mediante a possibilidade de um apego familiar.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 (BRASIL, 1996), a responsabilidade pela educação moral da criança começa para a ser uma prioridade da família, e o surgimento de políticas públicas uma necessidade por parte do estado. É apenas a partir desse período que começa o processo de separação da criança e do adulto, reconhecendo as particularidades das crianças, que deixam de ser uma tábua rasa para ser um sujeito de direitos.

A partir dessa premissa, e com o crescente e significativo debate sobre a importância do conhecimento sobre a infância para diversas fases da vida do homem, o interesse pela temática de pesquisa surgiu a partir da minha experiência profissional desenvolvida em um programa criado pelo Governo Federal brasileiro, revogado pelo decreto de nº 9.597 de 22 de novembro de 2018, intitulado por Programa Criança Feliz (PCF) voltado para a faixa etária de zero a seis anos de idade, com atendimento mensal a trinta famílias. Foi, então, a partir dessa experiência que se tornou compreensível que a família é a principal célula social produtora de aprendizagem e valorização da criança. Face a prática diária com as famílias das crianças assistidas pelo programa, percebeu-se que é no convívio familiar que se inicia o desenvolvimento da nossa identidade, e aprendermos valores que nos ensinam a viver em sociedade.

Diante dessa realidade, deu-se início a inquietações sobre as seguintes problemáticas de pesquisa: Com o passar dos tempos quais foram as principais mudanças que ocorreram sobre a concepção da infância? Qual a contribuição do programa Criança Feliz para uma compreensão sobre o conceito de infância? Mediante as referidas problemáticas, delinearam-se os objetivos da pesquisa, sendo o objetivo geral: compreender as mudanças e os conceitos históricos que se sucederam com o tempo sobre as concepções de infância. E os objetivos específicos: discutir o conceito de infância; identificar a dimensão que o conceito de infância ocupa no meio social e entender as principais contribuições do programa criança feliz para a primeira infância.

A realização dessa pesquisa tornou-se relevante à medida que contribuiu para a produção de conhecimentos sobre a importância de conhecermos o sentido do conceito de infância, entendendo que conhecer a infância é entender a primeira fase da vida que é essencial para o desenvolvimento das demais do desenvolvimento humano.

METODOLOGIA

Considera-se a pesquisa científica como “um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se

conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 43). A pesquisa é uma ferramenta para o processo de ensino/aprendizagem pois, proporciona ao autor o desenvolvimento da criticidade, conhecimentos científicos, empíricos e cognitivos. Para Demo (2006, p. 50), “se a pesquisa é a razão do ensino, vale o reverso, o ensino é a razão da pesquisa. O importante é compreender que sem pesquisa não há ensino. A ausência da pesquisa degrada o ensino a patamares típicos de reprodução imitativa”.

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de campo, com dados analisados por meio de uma visão descritiva, de natureza básica e abordagem qualitativa. Contudo, segundo Creswel (2007, p. 186), na perspectiva qualitativa, o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento, sendo os dados coletados predominantemente descritivos.

A pesquisa descritiva segundo Silva & Menezes (2000, p. 21), visa descrever as características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assim, segundo ensina Gil (2012, p. 132), o questionário pode buscar respostas a diversos aspectos da realidade.

A coleta de dados foi realizada no Programa Federal Criança Feliz, que está sendo desenvolvido no município de Cajazeiras – PB, por meio da aplicação de um questionário adaptado, tendo a participação de três sujeitos que compõem a equipe do programa, em que duas são visitadoras e uma coordenadora. Nesse contexto, o roteiro busca obter informações sobre os benefícios das visitas domiciliares e como estas podem beneficiar o desenvolvimento na primeira infância. Na pesquisa de campo, as técnicas e métodos de coleta de dados exigem atenção especial do pesquisador enquanto observador e anotações de campo, com o diário de campo (TRIVIÑOS, 1987, p. 154).

Quadro 1. Perfil dos participantes da pesquisa

PERFIL DAS ENTREVISTADAS						
NOME FICTÍCIO	IDADE	COR	NÍVEL DE ESCOLARIDADE	FUNÇÃO	REGIME DE TRABALHO	TEMPO DE ATUAÇÃO
Florença	35 Anos	Parda	Ensino Superior Completo em Pedagogia	Visitadora	Contrato	02 Anos e 01 Mês
Paris	25 Anos	Branca	Pedagógico Normal em Nível Médio	Visitadora	Contrato	03 Anos
Nova Orleans	43 Anos	Parda	Ensino Superior Completo em Pedagogia	Supervisora	Contrato	02 Anos

Fonte: A autora, 2022.

Desse modo, buscando preservar o total anonimato das participantes, foi selecionada uma categoria de cidades, denominados por Florença, Paris e Nova Orleans. Além disso, foi criado um quadro com o objetivo de especificar o perfil das entrevistadas.

Assim, para constituir os objetivos propostos, o questionário foi estruturado por 11 perguntas, que estão divididos em três partes: a primeira está relacionada ao perfil do sujeito pesquisado, a segunda, caracterização da função do visitador e supervisor no programa, e por último, os conhecimentos sobre o programa criança feliz e a importância na primeira infância. O questionário foi enviado via arquivo, por opção das entrevistadas, obtendo êxito nas respostas.

REFERENCIAL TEÓRICO

UMA DISCUSSÃO HISTÓRICA SOBRE A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei n.º. 8.069/1990), criança é a pessoa até os doze anos de idade incompletos e adolescentes é aquele entre os doze e dezoito anos. Sendo considerada do período do nascimento até a puberdade, a infância é uma das fases primordiais para o desenvolvimento cognitivo e social desses sujeitos.

Por muitos séculos, na cultura ocidental as crianças eram vistas como adultos em miniaturas. Conforme Ariès (2006), até o século XVII não existia uma concepção específica de infância. Esse conceito foi construído no decorrer das mudanças sociais de cada época, trabalho escravo, falta de sentimento familiar e das revoluções industriais e econômicas.

Não se pode falar de infância sem antes entendermos sobre a nomenclatura familiar da época. Em meados do século XV, o conceito de família era distinto do padrão de amor e cuidado dos dias atuais. Os pais biológicos enviavam os seus filhos para outras famílias quando completavam sete anos, idade que a criança era batizada (pela igreja católica) e, por conseguinte, tornava-se “imortal” (assim fixada pela literatura moralista e pedagógica), visto que era comum a morte de crianças antes dessa idade, devido aos altos índices de mortalidade infantil (ÀRIES, 2006). Os infantis viviam em meio aos adultos, e toda a dinâmica do seu dia eram voltadas para eles, as crianças não tinham o espaço apropriado para o lazer, alimentação e, principalmente, higienização, sendo expostas a inúmeras doenças transmitidas pelos crescidos.

A partir do século XVII as crianças passaram a ser reconhecidas em suas particularidades, possuindo um quarto individual, alimentação e roupas consideráveis

adequadas. Porém, com o início da Revolução Industrial no século XVIII e o êxodo rural das famílias menos abastadas para os grandes centros, a procura de oportunidades de empregos, se deu o surgimento de novas classes sociais e a inserção do trabalho infantil nas fábricas.

Inicialmente, apenas as crianças abandonadas em orfanatos eram enviadas para os centros fabris, mas posteriormente aquelas que também viviam com as suas famílias tomaram o mesmo caminho. Elas trabalhavam em locais insalubres e com uma exausta carga horária de trabalho, misturando-se novamente ao mundo dos adultos. Observamos que nem mesmo a infância, hoje reconhecida como uma fase da vida que requer proteção especial, foi protegida das agruras da nova organização do trabalho na sociedade industrial. Mais do que não terem sido protegidas, é necessário enfatizar que as crianças foram amplamente utilizadas no sistema de produção industrial capitalista, sendo de extrema importância para a sua consolidação (HUMPHRIES, 2013).

CONHECENDO O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

O Programa Criança Feliz (PCF) foi instituído pelo Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário. O programa articula ações das políticas de assistência social, saúde, educação, cultura, direitos humanos, tendo como fundamento a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 denominada como Marco Legal da Primeira Infância.

O programa mantém a intersetorialidade e visa o pleno desenvolvimento das crianças na primeira infância, fortalecendo os vínculos familiares e o enfrentamento das desigualdades sociais sofridas pela população brasileira.

De acordo com o Art. 3º do Decreto nº 8.869/2016, o Programa Criança Feliz tem como objetivos: promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância; apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais; colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade; mediar o acesso da gestante, de crianças na primeira infância e de suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem e integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias.

O atendimento é priorizado as crianças e famílias que estejam em risco social e situação de vulnerabilidade. O acompanhamento acontece durante o período de gestação até os 36 meses de vida, para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF).

Para as famílias e crianças beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (PBC) e afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção prevista no Art. 101, caput, incisos VII e VIII, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas famílias, o atendimento estende-se aos 72 meses de vida.

Assim, o PCF é implementado de ações da assistência social, educação, cultura e saúde, trabalhando de maneira articulada e integrada, respeitando as competências dos entes federados e a articulação intersetorial. Foram atendidas 8,6 mil crianças em serviços de acolhimento de 0 a 72 meses, segundo o Censo SUAS, em 2015 (BRASIL, 2017).

O modelo de governança do programa é dividido em três esferas, a saber: o comitê gestor interministerial, comitê gestor estadual e o comitê gestor municipal/distrital. Sendo o último comitê composto por supervisores e visitantes. Na metodologia do Programa Criança Feliz o visitador domiciliar é o profissional responsável por executar as atividades propostas pelo programa em conformidade com o método Cuidados para o Desenvolvimento da Criança (CDC), respeitando cada faixa etária e especificidade das famílias atendidas. O supervisor é o apoio que o visitador terá no desenvolvimento do seu trabalho, construindo em conjunto, mediante as demandas oriundas das famílias atendidas.

A RELAÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ E O ATUAL CONCEITO DE INFÂNCIA

Segundo o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), a legislação estabelece para o Estado brasileiro a obrigação de promover o desenvolvimento na primeira infância a partir de uma perspectiva integral, consagrada nos marcos do ECA, mas considerando as especificidades envolvidas nesse estágio de desenvolvimento do indivíduo. A inclusão e modificação de dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente e de outras legislações, permitiu que iniciativas existentes encontrassem um normativo próprio e possibilitou aos gestores a validação de políticas existentes e a elaboração de outras, como por exemplo, o Programa Criança Feliz.

O “Programa Criança Feliz” é uma estratégia que traz as diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser

humano. Tem caráter intersetorial e a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida (BRASIL, 2019).

O período entre a gravidez e os três primeiros anos de vida de uma criança, são os mais importantes para o seu desenvolvimento cognitivo e motor. É nesta fase que o cérebro cresce mais rapidamente do que em qualquer outro momento da vida, estando com quase toda a sua estrutura básica formada. Para o pleno desenvolvimento desse estágio, a criança precisa estar em um espaço amoroso, familiar e com todos os seus direitos valorizados como alimentação, saúde, educação, moradia e os seus estímulos necessários.

A base familiar é a principal ferramenta para o desenvolvimento da primeira infância, pois o fortalecimento de vínculos é indispensável para um aumento significativo das suas potencialidades integrais. “A Parentalidade positiva pode ser definida como comportamentos dos pais baseados no melhor interesse da criança, que asseguram a satisfação de suas principais necessidades e sua capacitação; envolve cuidar, proteger e guiar a criança na trajetória até maturidade, com investimento e compromisso” (PLUCIENNIK; LAZZARI; CHICARO, 2015).

Assim, além da evidência teórico-científica da neurociência sobre o desenvolvimento do cérebro e a formação das conexões neuronais, a grande relevância das interações das crianças com seus pais e familiares para construir estruturas afetivas, sociais e cognitivas aumentam o impacto que estas experiências têm para a transição à escolarização. Há uma série de argumentos sociológicos, econômicos, jurídicos, psicológicos, pedagógicos, éticos e políticos que fundamentam a imperiosa prioridade de atenção e educação da primeira infância (YOUNG, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A infância é resgatada das perspectivas biologizantes – que a reduzem a um estado intermediário entre maturação e desenvolvimento humano – assim como das psicologizantes, que tendem a interpretá-la como indivíduo que se desenvolve independentemente da construção social das suas condições de existência e das representações e imagens historicamente construídas sobre e para ela (SARMENTO, 2005).

De acordo com a visitadora Paris, “A fase da primeira infância é de extrema importância para o desenvolvimento das crianças, ela se desenvolve da gestação até os seis anos de idade. É a fase em que o cérebro mais se desenvolve em termos estruturais, bem como as principais habilidades: cognitivas, física, motora, social, afetiva, entre outras. A família é o primeiro meio

que cerca a criança e por este motivo, tem um papel fundamental no desenvolvimento da criança”.

Já para Florença: “É fundamental para aquisição das percepções complexas”. Desse modo, é evidente a importância dos estímulos para o pleno desenvolvimento da primeira infância, principalmente o fortalecimento de vínculos, em que o seio familiar será a primeira célula de aprendizagem da criança, e responsável pela tarefa socializadora.

Como advertiu Gomes (1994, p. 58), “[...] a criança objeto da socialização é uma criança concreta, e a tarefa de socializá-la nada tem de abstrato: é uma criança concreta, nascida em um grupo social, constituído por pessoas concretas que será socializada”.

Segundo Nova Orleans, a infância “É uma fase em desenvolvimento que vai do nascimento até os 12 anos de idade. Corsini (1996) analisa que a idade cronológica, como fato biológico, permite inúmeras delimitações para os períodos da vida, sem ser elemento determinante suficiente para a sua definição. Infância têm o significado genérico e, como qualquer outra fase da vida, esse significado é função das transformações sociais: toda sociedade tem seus sistemas de classes de idade e a cada uma delas é associado um sistema de status e de papel.

O Programa Criança Feliz fortalece os laços socioafetivos e desenvolve a construção da identidade pessoal entre a família e a criança. Além de instigar a ampliação cognitiva e motora dessas crianças, através da ludicidade proposta pelas atividades realizadas, trabalhando no enfrentamento as desigualdades sociais e valorização de direitos dessas crianças.

Para Paris, o programa contribuí “Através das atividades desenvolvidas por meios das visitas domiciliares, onde cada visita apresenta uma atividade lúdica específica para cada criança de acordo com sua faixa etária, dando orientações quanto aos estímulos nas dimensões do desenvolvimento infantil e no fortalecimento dos vínculos e assim reconhecendo e apontando as dificuldades da criança por meio da observação”.

As famílias atendidas pelo programa Criança Feliz têm uma percepção maior em relação ao desenvolvimento integral das suas crianças, enxergando a importância da parentalidade em sua formação, e a afetividade como ponto de partida na construção integral.

As visitas domiciliares representam uma estratégia de aproximação de vários serviços com a família atendida, entre elas a importância da educação para o desenvolvimento pleno. A educação infantil é a primeira etapa da educação básica. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Lei de Diretrizes e Base da Educação (Lei nº 9.394/96).

O Programa Criança Feliz desenvolve atividades pedagógicas que estimulam o aparelho sensório-motor e cognitivo, através das interações entre os cuidadores e visitantes. Durante as visitas domiciliares as visitadoras utilizam recursos de fácil acesso entre as famílias, levando em consideração a realidade onde estão inseridas.

De acordo com Florença, uma das principais ações desenvolvidas no programa são: “As atividades, pois elas ajudam no desenvolvimento cognitivo, coordenação motora, percepção visual, concentração. Tudo isso é importante para a primeira infância”.

Dentro da metodologia desempenhada pelas visitadoras, algumas situações de alertas podem ser identificadas na visita domiciliar e encaminhadas aos gestores e serviços locais do programa, como sinais de trabalho infantil, suspeita de situação de violência (negligência, psicológica, física ou sexual) contra a criança ou os cuidadores, e crianças com sinais de deficiência ou atraso no desenvolvimento.

Desse modo, para Nova Orleans, a principal ação do programa é a “Estratégia de apoio à família e estímulo ao desenvolvimento infantil, promovendo os vínculos familiares e o brincar como elementos essenciais para o trabalho com famílias, gestantes e crianças na primeira infância”. A dinâmica do programa oferece as famílias uma porta de entrada aos serviços e garantia de direitos, reconhecendo-se como protagonista de sua história.

Já para Paris, é “Através das visitas domiciliares, quando a família entende que aquela atividade ou informação que é repassada gera alegria para a criança, que de uma coisa tão simples, com objetos que tem em casa consegue levar a diversão e ao mesmo tempo ensinamento para a criança, bem como para a família. E através de ações sociais que são apresentadas e levadas até a família, seja de forma lúdica para as crianças ou de conversas com os cuidadores com temas pertinentes para a sociedade e comunidade onde vivem”.

Dessa maneira, vale ressaltar as contribuições ofertadas nas ações do Programa Criança Feliz, mediante a compreensão da sua importância e efetividade como políticas públicas no território brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou explicar a importância das concepções de infância e a sua relevância a partir de estudos e descobertas científicas. É possível compreender que não se pode abordar a temática sem antes analisar as perspectivas históricas e a estrutura familiar de cada época.

Percebe-se o alcance dos objetivos de entender as mudanças e os conceitos que se sucederam com o tempo sobre a infância, discutindo e identificando a dimensão que ocupa no meio social atualmente, em especial, sobre as contribuições que o Programa Criança Feliz trás para essa fase.

Os resultados obtidos foram satisfatórios e de fácil compreensão para o desenvolvimento deste trabalho, sendo coletados e analisados, levando em consideração a subjetividade das entrevistadas.

O Programa Criança Feliz é uma das políticas públicas que mais influência na primeira infância, a fim de fortalecer os laços afetivos, o desenvolvimento cognitivo e a valorização da família como base primordial para o alcance do desenvolvimento pleno dessas crianças.

O questionário aplicado foi estruturado a partir da abordagem que melhor beneficiaria a pesquisa, analisando os pontos principais a serem alcançados com eficácia.

É de suma importância que continuem os estudos voltados para o desenvolvimento da primeira infância, e que novas contribuições sejam descobertas, proporcionando melhorias e direcionamentos no campo científico e social.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução de Dona Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 8.869**. Cria o Programa Criança Feliz, de caráter intersetorial, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e contexto de vida. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 2016, 2019. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21292775/do1-. Acesso em: 18 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto no 9.579**, de 22 de novembro de 2018. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. Presidência da República. Secretaria-Geral Subchefia para Assuntos Jurídicos. Diário Oficial da União, Brasília, 23 nov. 2018.

BRASIL. **Lei 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. Marco Legal da Primeira Infância. **Lei nº 13.257**, 8 março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Diário Oficial da União. Brasília, 2016. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm#:~:text=1%C2%BA%20Esta%20Lei%20estabelece%20princ%C3%ADpios,e%20diretrizes%20da%20Lei%20n%C2%BA. Acesso em: 18 mar. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Censo SUAS 2015**: análise dos componentes sistêmicos da política nacional de assistência social. -- Brasília, DF: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.

BRASIL. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF**. Ministério da saúde, 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psbprotecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>. Acesso em: 18 dez. 2021.

CORSINI, C. A. Infanzia i famiglia nel XIX decolo. *In*: BECCHI, E.; JULIA, D. **Storia Dell'infanzia**. v. II. Dal Settecento a oggi. Roma: Laterza, 1996. p. 250-281

CRESWEL, J. W. **Projeto de pesquisa**: método qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEMO, P. **Pesquisa**: princípios científico e educativo. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2006, 128p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, J. V. Socialização primária: tarefa familiar? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 19, p. 54-61, 1994. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741994000400005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 abr. 2022.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HUMPHRIES, J. Childhood and child labour in the British industrial revolution. **Economic History Review**, London, v. 66, n. 2, p. 395-691, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0289.2012.00651.x>.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 226 p.

PLUCIENNIK, G. A.; LAZZARI, M. C.; CHICARO, M. F. **Fundamentos da família como promotora do desenvolvimento infantil**: parentalidade em foco. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2015.

SARMENTO, M. J. Crianças: educação, culturas e cidadania ativa. Refletindo em torno de uma proposta de trabalho. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 17-40, jan./jul. 2005. Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>. Acesso em: 30 mar. 2022.



SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2000.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YOUNG, M. Por que investir na primeira infância. *In:* GHESTI-GALVÃO, Ivânia (coord.). **Primeira Infância:** Avanços do Marco Legal da Primeira Infância. Brasília: Senado Federal, 2016.